



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Domingos Soares Ferreira Penna e Ignácio Baptista de Moura: ciência,
poder e natureza em dois relatos de viagem ao rio Tocantins (1864-1896)**

ZAHRA NATHALIA LIMA OLIVEIRA

Brasília – DF

2023

ZAHRA NATHALIA LIMA OLIVEIRA

Domingos Soares Ferreira Penna e Ignácio Baptista de Moura: ciência, poder e natureza em dois relatos de viagem ao rio Tocantins (1864-1896)

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo) apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. José Inaldo Chaves

Brasília – DF

2023

**Ignácio Baptista de Moura e Domingos Soares Ferreira Penna: ciência, poder e natureza
em dois relatos de viagem ao rio Tocantins (1864-1896)**

ZAHRA NATHALIA LIMA OLIVEIRA

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Inaldo Chaves
Orientador - Universidade de Brasília

Profa. Dra. Fabíula Sevilha de Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Balaban
Universidade de Brasília

Brasília – DF
2023

RESUMO

Este trabalho busca analisar as representações da natureza nos relatos de viagem de Domingos Soares Ferreira Penna e Ignácio Baptista de Moura sobre o rio Tocantins. Pretende-se encontrar as relações entre os incentivos estatais às viagens de engenheiros e naturalistas. Neste momento, no século XIX, ganhava fôlego a concepção positivista que associava proteção à natureza e identidade nacional, ao passo que questionava o uso predatório dos “recursos naturais”. Assim, a ciência positiva passou a ser vista como o guia da construção da nacionalidade, cuja relação com os ambientes e biodiversidades era direta, utilitária e hierarquizada. Tratava-se, pois, de uma relação de controle científico e nacional da natureza em que a sua conservação se subordinava à sua utilização racional e moderna para fins econômicos, pedagógicos e estéticos. Essas viagens contribuíram com tais objetivos ao elaborarem representações dessa natureza nacional.

Palavras-chave: Viajantes, História Ambiental, Natureza, Identidade nacional.

ABSTRACT

This article seeks to analyze the representations of nature in the travel accounts of Domingos Soares Ferreira Penna and Ignácio Baptista de Moura on the Tocantins River. It intends to find the relationships between the state travel incentives for engineers and naturalists. At that time, during the XIX century, the positivist conception that associated protection to nature and national identity was gaining momentum, while also questioning the predatory use of “natural resources”. Thus, positive science came to be seen as the guide for the construction of nationality, whose relationship with environments and biodiversity was direct and hierarchical. It was, therefore, a relationship of scientific and national control of nature in which its conservation was subordinated to its rational and modern use for economic, pedagogical and aesthetic purposes. The trips contributed to these goals by disseminating impersonation of this national nature.

Keywords: Travelers, Environmental History, Nature, National Identity.

INTRODUÇÃO

A história ambiental como método de análise

Ao refletir sobre o tema do meu trabalho de conclusão de curso, considerei importante continuar o trabalho feito na minha iniciação científica sobre as relações de poder, nacionalidade e ciência na transição do Império para a Primeira República. Entendo esse tema como sendo de grande relevância, pois trata-se de um período em que as representações sobre a natureza, os povos indígenas e patrimônio ecológico vinham sendo estruturadas na tentativa de vinculá-las diretamente a uma ideia de nação, de sentimento patriótico e de aproveitamento econômico. Muitas dessas concepções concretizadas permeiam o imaginário nacional até os dias atuais. Dessa forma, utilizei como fontes os relatos de dois viajantes do Tocantins-Araguaia, Domingos Soares Ferreira Penna e Ignácio Baptista de Moura, juntamente com a ajuda dos conceitos e métodos da História Ambiental, para entender mais sobre o imaginário acerca da natureza e as percepções sobre os territórios fluviais paraenses nesse período.

Tendo a importância dos rios em mente, pretendi estudar dois cientistas que se aventuraram em rios extensos, como é o caso do Araguaia, que atravessa os estados do Goiás, do Mato Grosso, do Tocantins e do Pará, com seus mais de 1.900 km de extensão; e do Tocantins, que atravessa o Goiás, o Tocantins, o Maranhão e o Pará, e possui mais de 2.400 km de extensão. Entendo que estes ambientes fluviais não são apenas cenários inanimados ou imóveis para ação humana, mas locais vivos tanto do ponto de vista ecológico quanto em experiências humanas, nos quais dinâmicas naturais, culturas e sociedades são formados e vivem em intensa interação.

Domingos Soares Ferreira Penna e Ignácio de Moura, portanto, podem ser vistos como representações científicas e nacional-governativas da Amazônia e, particularmente, dos rios Tocantins e Araguaia entre a crise do Império e a Primeira República. É possível inseri-los nas descrições da nacionalidade em aspectos decisivos como a riqueza natural, as potencialidades econômicas das bacias hidrográficas, matas e solo, os perigos (doenças, os nativos, os acidentes geográficos) e o valor científico da diversidade socioambiental. Eles se inserem diretamente na chamada “República dos Cientistas”, como definiu Regina Horta Duarte (2010), o momento em que houve um destaque para os saberes científicos sobre a natureza, que foram tidos como um conhecimento indispensável à nação e à nacionalidade.

As fontes propostas, *Relatório do secretário da província* (1864), de Domingos Soares Ferreira Penna, e *De Belém a S. João do Araguaia: valle do rio Tocantins* (1910), de autoria de Ignácio Baptista de Moura, nos apresentam perspectivas diferentes sobre o contato dos cientistas com o meio ambiente. Elas colocam em evidência a importância da paisagem, da natureza e do espaço geográfico como meios de interações entre humanos e ambientes naturais e como esta relação é promotora de identidades políticas significativas. É importante pensar, além disso, que a natureza possui ritmo próprio, transformando-se muitas vezes sem ação antrópica. Portanto, esses relatos não devem ser vistos como fechados em si, à medida que não dão conta de uma “realidade totalizante”. Neste sentido, como destacou José Augusto Pádua, se “a história ambiental deve sempre incluir as sociedades humanas [...]”, é preciso “[...] também reconhecer a historicidade dos sistemas naturais” (PÁDUA, 2010, p. 97).

O desafio, portanto, é fazer análises históricas que deem conta dessas transformações e intersecções entre sociedades humanas e não-humanas e suas ecologias. É necessário, a princípio, ressaltar que existe uma diferença entre a paisagem e a natureza como elas são, ou seja, as formas como elas existem independentemente da visão humana; e, por outro lado, os modos com que cientistas, viajantes e escritores as descrevem. As representações da natureza são o ponto central neste trabalho, pois elas serão o objeto de nossa análise acerca dos escritos dos dois viajantes citados e do pensamento político de uma época que combinou ciência, natureza e identidade nacional de modos muito originais.

Houve, nos territórios do Brasil, inúmeras modificações dos ecossistemas em capital natural ao longo dos diferentes processos de colonização humana (SEVILHA, 2017, p. 73). O uso indígena da terra e dos seus recursos e, posteriormente, o impacto causado pela chegada dos europeus, com a imposição da escravidão indígena, a mudança forçada de seus lares, aldeias e modos de viver e produzir, o tráfico de escravos, o latifúndio e a monocultura, enfim, demarcaram diferentes situações socioambientais do Brasil ao longo dos séculos. Mais recentemente, percebeu-se o nefasto impacto provocado pela destruição desenfreada da natureza baseada nas monoculturas agroexportadoras, o que levou à atual realidade brasileira. Como apontou Diogo de Carvalho Cabral:

A implantação de uma economia agrícola e extrativa de caráter mercantil alterou rapidamente as configurações ecológicas locais e dificultou a sobrevivência de muitas espécies de organismos, enquanto beneficiou outras poucas (CABRAL, 2014, p. 108).

Tendo essa perspectiva em mente, se justifica a importância desse campo de estudo na situação atual do país, em que nos deparamos frequentemente com as consequências de séculos de uma relação depredatória e de subordinação das sociedades humanas em relação à natureza, observando-a como simples "fonte de recursos" para suprimento das necessidades humanas. Para além disso, há a necessidade de superar uma arraigada concepção que enxerga humanos e "natureza" como polos divergentes e antagônicos, conforme o clássico esquema ocidental judaico-cristão, como salientou Cabral (2014, p. 108).

Entretanto, uma outra faceta da história ambiental é mostrar que as relações entre sociedades e ecossistemas nem sempre resultam em catástrofes ambientais ou são marcadas simplesmente pelas crises, podendo ser construtivas e criadoras de identidades muito importante para comunidades humanas (PÁDUA, 2010). No recorte cronológico deste estudo – a passagem entre os séculos XIX e XX –, as relações entre ciência e natureza, por exemplo, são observadas como um programa estatal brasileiro para a promoção de um sentimento e orgulhos pátrios fortemente centrados nos interesses estratégicas do desenvolvimento econômico e cultural do país.

Trago então a perspectiva da importância de se pensar a interação e as interfaces entre fatores humanos e naturais já que, segundo uma antropologia da natureza, essa divisão humano *versus* natural é, na prática, artificial, especialmente quando levamos em consideração que para a cultura acontecer, ela precisa de um meio, um ambiente que parte do natural e que dele depende em larga medida. Além disso, é necessário refletir sobre a historicidade dos diversos ambientes naturais, dos relacionamentos estabelecidos com sociedades humanas e de como estas os interpretam, o que pode ser proporcionado pelos métodos e reflexões da chamada História Ambiental, pois, como assinala o historiador José Augusto Pádua:

É essencial, no entanto, evitar o anacronismo e a pretensão de que os indivíduos do passado possam ser cobrados em razão de categorias tão modernas quanto são ecologia, sustentabilidade, impactos da ação humana etc. É preciso entender cada época no seu contexto geográfico, social, tecnológico e cultural. (PÁDUA, 2010, p. 96).

MODERNIDADE E CIÊNCIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Durante a segunda metade do século XIX e os primeiros anos do século XX, o Brasil passava por um momento de crise e transição entre o antigo governo, o Império, e o governo que viria, a Primeira República. Destaca-se esse aspecto, pois não só o Brasil como diversos países viviam uma era de profundos avanços tecnológicos e transformações culturais inspiradas pela valorização do progresso e da modernidade. A historiadora Margarida Neves defende que foi um período em que tudo parecia mudar em ritmo alucinante. O sonho era o progresso e a civilização, os dois arrebatados pelos ideais modernos. O objetivo final das elites econômicas, políticas e intelectuais de países pobres, muitos deles ex-colônias europeias como o Brasil, era alcançar “os modos de viver, os valores, as instituições, os códigos e as modas daquelas que então eram vistas como as nações progressistas e civilizadas” (NEVES, 2003, p. 19).

Esses ideais modernos redesenhavam o quadro internacional, alteravam as preocupações e projetos estatais e acenavam com a possibilidade de um otimismo sem limites em função das conquistas da ciência e da técnica, mostrando as enormes novidades do tempo. Apesar disso, o Brasil continuava inscrito como país agroexportador e periférico em um contexto interno marcado pela permanência das estruturas sociais, políticas e econômicas excludentes herdadas da ordem escravista, ainda que, juridicamente, a abolição tivesse sido proclamada em 1888. Segundo as concepções da época, a escravidão havia deixado como legado o adoecimento físico e espiritual da nação, por isso, palavras como “higiene” e “saúde” possuíam um forte contingente político em seus significados, ainda que, muitas vezes, as próprias vítimas fossem identificadas como “culpados” pelas mazelas que “atrasavam” o progresso do país (LIMA, 2009).

Já durante a primeira metade do século XX, a Primeira República do Brasil estava em um processo de adaptação, pois equilibrara-se entre o desfalecimento do antigo Império e todo o complexo processo de invenção institucional e política do novo regime de corte federalista. Dito isso, um dos artefatos utilizados na construção da nova nacionalidade, baseada em ideias positivistas de controle científico e nacional da natureza e dos territórios, foi a participação dos intelectuais, que tiveram um papel “relevante na construção de imagens duradouras sobre o país” (LIMA, 2009, p. 245). Havia um esforço consciente, intelectual e político, de mostrar que o Brasil não era mais um grande hospital e, usando como exemplo o Instituto Oswaldo Cruz, Nísia Lima (2009) mostra que as primeiras expedições do Instituto se destinaram a acompanhar as ações relacionadas às principais atividades econômicas do país, como a construção de ferrovias e a extração da borracha na Amazônia.

A partir desse momento, acontecia uma busca pelos conhecimentos científicos vindos da geografia, dos estudos da cultura e do folclore, da história e da biologia, que pudessem ajudar as pessoas a terem uma perspectiva mais ampla e positiva dos diferentes habitantes, culturas e ecologias que existiam no espaço brasileiro. Alguns anos depois, nas décadas de 1930-1940, o ambiente político-intelectual brasileiro passou a aliar um intenso nacionalismo com o desejo de modernização da sociedade e das instituições do Estado, como examinado por José Luiz Franco (2002). Era difundida a ideia de que a natureza deveria ser conservada por motivos econômicos e estéticos, especialmente entre a opinião pública e as entidades da sociedade civil. Campanhas educacionais que despertavam na criança o amor à natureza, aos animais; que ensinavam sobre conscientização ambiental e sobre as preocupações com o mundo natural estavam em alta.

Foi, além disso, nessa época, que ocorreu a criação de diversos parques nacionais no Brasil e em outros países, com a intenção de associar um determinado modelo de preservação do ambiente natural, de proteção de áreas ditas “virgens”, com os fins do embelezamento, pedagógico-nacionalistas e para o aproveitamento dos visitantes, pois “além da proteção natural, o projeto propunha desenvolver o turismo como fonte de recursos econômicos” (FRANCO, 2002, p. 87). Além disso, buscava-se amenizar a distância percebida entre a vida urbana e moderna e uma natureza percebida como selvagem e indomável por meio da criação de grandes parques urbanos. “Para educá-la, curá-la, discipliná-la e civilizá-la, mobilizam-se os intelectuais e o poder público” (NEVES, 2003, p. 21).

Ademais, Franco expõe que “além da preocupação em proteger as belezas que o mundo natural proporcionava, pode-se notar a valorização da natureza como objeto de pesquisa a ser preservado”. Neste sentido, a realização de conferências e congressos científicos, bem como incentivos oferecidos aos pesquisadores e a criação de reservas ecológicas destinadas à pesquisa científica fizeram parte de um amplo rol de iniciativas desse período. A ideia era proteger e conhecer a natureza para o bem da cultura, e “tal percepção relacionava-se com a ideia, oriunda do Romantismo, de que a nacionalidade é fruto da convergência entre a história de um povo e o seu ambiente natural” (FRANCO, 2002, p. 91).

Incentivar pesquisas científicas sobre as “riquezas naturais” do território nacional, portanto, era visto como uma das principais estratégias de proteção à natureza como também de reforço positivo da identidade e dos interesses nacionais. Alberto Torres, um político brasileiro do período, por exemplo, argumentava que o seu projeto de nacionalidade deveria nos conduzir a um desenvolvimento lento, porém seguro, e a uma autonomia em relação ao

que considerava os “ditames do imperialismo” (FRANCO; DRUMMOND, 2004, p. 156). Torres defendia:

[...] a necessidade de o Brasil ter um Estado forte, intervencionista e capaz de “organizar” a Nação, ordenando e equilibrando os fatores físicos e humanos, moldado o trabalhador nacional e garantindo a conservação das riquezas a serem exploradas (FRANCO; DRUMMOND, 2004, p. 158).

A partir disso, Franco e Drummond argumentam que:

O comprometimento com uma postura nacionalista e a crença na ciência, como conhecimento capaz de desvendar as “realidades” fundamentais do país, deveriam tornar a “elite intelectual” apta a construir um “projeto de nação” que viesse a alçar a política para além dos interesses particulares, que seriam característicos do liberalismo, em direção àqueles que constituíssem de fato os “interesses coletivos da pátria” (FRANCO; DRUMMOND, 2004, p. 159).

Já que estamos falando de uma época em que as correntes evolucionistas tentavam tratar as diferenças como desigualdades biológicas entre indivíduos e sociedades, isso fez com que países periféricos incorporassem o discurso das nações hegemônicas e tentassem imprimir uma maior velocidade às suas conquistas para alcançar um lugar de proeminência na corrida pelo progresso e pela modernidade. Neves (2003) mostra que esse culto ao progresso impedia a percepção das causas e consequências centrais da desigualdade entre povos e nações, como o etnocentrismo, o desrespeito às diversas culturas, a distribuição injusta da riqueza global entre os estados, a violência e a exploração coloniais.

Levando os argumentos supracitados em consideração, é importante trazer a perspectiva de que os relatórios de viagem desses cientistas e viajantes colaboraram fortemente para a construção de representações e imagens sobre esta “natureza do Brasil” imaginada pelos nacionalismos e pelos planos estatais para impulsionar o progresso e a modernização segundo os valores da época. Por outro lado, é necessário entender que a realidade descrita nesses escritos é menos homogênea do que pode parecer, já que eles possuíam uma forte carga pessoal e subjetiva, compromissos institucionais diversos e inserção em contextos e em motivações amplas (SCHWEICKARDT; LIMA, 2007).

O PARÁ NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Tendo como foco o estado do Pará na Primeira República, podemos compreender como a modernização e a combinada ascensão estatal da ciência se deram em uma realidade específica. O governador Lauro Sodré,¹ que exerceu seu cargo de 1892 a 1921, sendo, portanto, o primeiro governador do período republicano naquele estado, foi reconhecido por sua atuação como uma das principais lideranças políticas do Pará em um momento histórico conhecido como *Belle Époque*, no qual ocorreram grandes transformações em Belém (SANTOS, 2016, p. 01). Captando bem as expectativas que recaíam sobre este estado amazônico e seu primeiro governo republicano, o cientista Ignácio Baptista de Moura, uma de nossas fontes, expôs que “o Pará é de todos os Estados do Brasil o que mais tem aproveitado com o advento da República no país” (MOURA, 1910, p. 20).

Esse movimento teve associação com a modernização que acontecia na Europa, marcada, por exemplo, pela aceleração da industrialização, das comunicações e da vida urbana. Marco desse processo foram as reformas urbanas e o embelezamento das cidades, tendo como modelo o que ocorria em Paris. No Brasil, Belém do Pará, capital daquele estado, passou a ser conhecida como a “Paris Tropical”, após sofrer um conjunto amplo de reformas e intervenções urbanas. E, também, com a metropolitanização de Belém, financiada especialmente pela economia da borracha, que acarretou na explosão da vida cultural e na redefinição urbanística da cidade, por meio da invenção de artefatos, espaços e sociabilidades típicas do viver moderno: “luz elétrica, cinemas, cafés, fábricas, novas formas e conteúdos para o morar, o trabalhar, o locomover-se, o vestir-se e o comunicar-se, tanto no público quanto no privado. Enfim, emergira um *ethos* urbano potencialmente distinto das experiências cidadinas coloniais, muitas das quais em voga até então” (CHAVES, 2020, p. 2). Como assinalou Kelerson Semerene Costa,

Mas não apenas as capitais amazônicas sentiram os impulsos da economia da borracha: ao longo dos rios, antigas taperas transformavam-se rapidamente em vilas ou pequenas cidades com ruas calçadas e edificações em alvenaria substituindo a lama, o adobe, a palha e a madeira (COSTA, 2004, p. 21).

¹ Lauro Sodré foi o primeiro governador de seu estado, eleito em 1891 e em 1916, além de quatro vezes senador, e teve papel de destaque na política brasileira, participando da campanha abolicionista e sendo forte opositor do golpe militar liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca.

Essas transformações se deram especialmente por causa da mudança cultural experimentada pelo mundo ocidental do período, quando os valores da modernidade, com sua aceleração do tempo, desenvolvimento técnico e cultura urbana europeias gestaram padrões de comportamento completamente novos para o mundo (KOSELLECK, 2006). As elites paraenses, tal como em outros estados à época, absorveram essa crença e acreditaram que poderiam traçar e acelerar o percurso até o progresso e “elevar” os níveis cultural e tecnológico da sociedade brasileira, combatendo, assim, as causas do atraso identificadas junto ao modelo econômico agroexportador, nas relações escravistas e na vida rural acanhada dos interiores, distantes dos grandes centros e dos espaços da chamada “alta cultura” inspirada pela Europa. Lauro Sodré ficou conhecido por ser um difusor do cientificismo no Pará, especialmente pela ótica positivista. Ou seja, ele acreditava que, por meio da ciência, o homem aprimoraria sua racionalidade e que a pregação da razão científica seria considerada o caminho a ser trilhado para a conquista do estado positivo, base do verdadeiro progresso humano. Para Sodré:

A capacitação de mão de obra para várias atividades econômicas, como indústria, comércio e agricultura era um mecanismo utilizado pelos países considerados modernos que podia ser aplicado no Pará na compreensão administrativa de Sodré (SANTOS, 2016, p. 6).

O político acreditava que “quanto mais instruída fosse uma população, melhor seria o desenvolvimento da nação” (SANTOS, 2016, p. 7). O Pará, no início do século XX, passava, também, por uma decadência da produtividade da borracha devido, dentre outros fatores, à concorrência asiática no período. Daniel Klein (2014), entretanto, argumenta que “mesmo antes da entrada espetacular da borracha (asiática) no mercado internacional em 1912, os preços da borracha na praça de Belém já estavam com uma acentuada tendência de queda” (KLEIN, 2014, p. 194). Isso porque a produção da borracha é um espaço dominado pela cadeia de aviamento, que consiste em um sistema de mercadorias antecipadas por meio de crédito, ao que as contradições e o esgotamento dos próprios financiamento e crédito da economia gomífera paraense parecem ter sido o estopim da crise.

A produtividade asiática não foi, portanto, o fator determinante para a bancarrota do ciclo da borracha, mas tão somente mais um dos golpes que ajudaram no abate da cadeia de aviamento, que estava organizada de uma

forma que era deficitária para muitos de seus agentes. A constante especulação promovida pelas casas aviadoras fazia com que entrassem em falência, motivando assim a quebra de outras empresas ao longo da cadeia de aviação. Nesse cenário, as firmas seringalistas que souberam lidar com esse processo, não se endividando, puderam atravessar a crise mais ou menos ilesas (KLEIN, 2014, p. 198).

Dessa forma, os próprios agentes da cadeia de aviação sabiam da existência da crise, compreendiam os seus motivos, porém não os enfrentaram. A forma como se davam os contratos comerciais, portanto, não seguiam regras escritas, mas sim acordos entre cavalheiros, ao passo que a crítica ao extrativismo gomífero foi uma tendência nestes anos de crise, como se observa por meio dos comentários de Domingos Ferreira Penna nos anos 1860. O naturalista atribuía à goma elástica e ao comodismo do extrativismo dessa planta a culpa pelo baixo progresso da indústria e da agricultura no Pará. Para ele, os ganhos efêmeros da borracha impediam que os interiores paraenses se concentrassem na verdadeira riqueza das terras agricultáveis e de seu comércio.

Mas, e o interior? Todo o mundo sabe quão notável é a decadência de suas povoações. Eu dei também uma ideia geral do seu estado pouco satisfatório; estudei-o com algum cuidado e, indagando a origem dessa decadência, achei-a quase exclusivamente na extração da goma elástica, - indústria maldita para o interior e para os que dela se ocupam; indústria que rouba quase todos os braços, quase toda a força vital da agricultura, desprestigia e desacoroçoa todas as empresas úteis, despovoas as vilas, dispersa o comércio e reduz uma parte dos habitantes a nômades, sem residência certa, ou antes, com residência em muitos lugares ao mesmo tempo, fazendo que fujam dos tesouros da agricultura porque o espectro do trabalho normal os assusta e que procurem fortuna onde os aguarda a desgraça, a miséria ou a morte (PENNA, 1864, p. 34).

Tendo essa perspectiva em mente, é possível conhecer e compreender melhor a situação paraense nesse período e entender a necessidade do estado de conhecer alternativas econômicas à borracha. Nesse sentido, os relatos de cientistas e viajantes e suas concepções sobre a natureza, baseados em um forte utilitarismo positivista, podem iluminar alguns aspectos de como o governo do estado do Pará e a comunidade científica atuaram nesse

contexto. Neste estudo, trataremos dos relatos do naturalista e fundador do Museu Paraense, Domingos Soares Ferreira Penna, designado em 1864 para ampliar o conhecimento sobre os recursos naturais e demonstrar a necessidade de povoar o interior do Pará, e do engenheiro Ignácio Baptista de Moura, que foi contratado em 1896 pelo governo paraense para analisar a ferrovia do estado e fiscalizar as ações de povoamento do baixo e médio Tocantins, especialmente durante a implantação do chamado “burgo do Itacaíunas”. O despovoamento, a irracionalidade do uso econômico dos “recursos naturais” e a precariedade das comunicações pelo interior eram apontadas, tanto por administradores locais quanto por cientistas, como as causas principais do prejudicado desenvolvimento da província e, depois de 1889, do estado.

OS VIAJANTES E OS RELATOS DA NATUREZA

Como explicado anteriormente, o período que se estende da crise do Império aos primeiros anos da república brasileira foi repleto de viagens científicas. Neste artigo, falarei sobre dois viajantes: Domingos Soares Ferreira Penna e Ignácio Baptista de Moura. Eles se aventuraram pelos rios amazônicos com intenções diferentes e visões que, apesar de contrastantes, ajudaram conjuntamente a formar o imaginário brasileiro sobre a natureza na época estudada, já que falaram especificamente sobre o norte do Brasil, um lugar que ainda era misterioso e, pela sua grandiosidade, pouco conhecido.

Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888) foi um naturalista nascido na cidade de Mariana, Minas Gerais, que se tornou um pesquisador de áreas da Amazônia. Foi naturalista visitante do Museu Nacional e, finalmente, ajudou a fundar o Museu Paraense, atual Museu Paraense Emílio Goeldi, do qual foi o seu primeiro diretor.

A fonte de Domingos Penna é um relatório de viagem escrito em 1864 no qual o autor se ofereceu para coletar dados sobre os recursos naturais e sobre as povoações interioranas do Pará. Navegando pelo rio Tocantins, Domingos passou por Cametá, uma das cidades mais importantes da Revolta da Cabanagem, ocorrida alguns anos antes, e também uma das mais povoadas do interior da província. A partir daí, ele descreveu as mais importantes casas de comércio da região e os seus produtos agrícolas, como a borracha, a castanha, o azeite e os óleos vegetais, fazendo o mesmo com outras cidades pelas quais passou ao longo do caminho. Importante ressaltar que o autor escreveu em um momento em que o Império passava por uma crise dos seus ideais e instituições centrais, como a escravidão e a econômica agroexportadora escravista, e havia a emergência das concepções ditas modernas e republicanas que

vinculavam a monarquia ao atraso socioeconômico, cultural e tecnológico do país (VIOTTI DA COSTA, 1999), como explicado no tópico anterior.

Em seguida, Penna expôs a geografia do baixo Tocantins, os seus postos fiscais e militares, a forma de restabelecimento dessa região, a sua população atual, a população indígena dos Anambés e o debate sobre a causa da extinção dos indígenas, argumentando que “Os Anambés merecem mais do que nenhuma outra tribo a proteção da administração. Sua fisionomia, sua índole, seu amor à cultura revelam as tendências naturais que os chamam para a sociedade e para a civilização” (PENNA, 1864, p. 41). Para esse naturalista dos anos 1860, esses indígenas nem eram tão selvagens, nem suficientemente civilizados, mas possuíam o potencial para serem redimidos culturalmente e inseridos na sociedade moderna do Pará. Esse tipo de pensamento integracionista estava em voga no século XIX e se combinava com a concepção segundo a qual os modos tradicionais de vida indígena estavam fadados à extinção, ao passo que os povos originários, se não fossem “civilizados”, não poderiam ser participantes de uma história movida cada vez mais pelo avanço da modernidade e reduzindo-os a meros objetos, como se fossem “fósseis vivos de uma época muito remota” (MONTEIRO, 2001, p. 3).

Carl Friedrich von Martius (1794-1868), por exemplo, os considerava como uma população que em breve deixaria de existir. Eles eram, portanto, vistos como povos sem história e sem futuro e essa perspectiva acarretou debates sobre qual política indigenista o estado deveria seguir: assimilação ou exclusão e extermínio. O historiador John Manuel Monteiro (2001) mostra que as disputas entre partidários da “catequese e civilização” e entre os defensores do afastamento e extermínio dos índios se tornaram cada vez mais ácidas. Penna, como referenciado acima, fazia parte dos que acreditavam na possibilidade de inserção de alguns desses grupos na civilização chamada “moderna”, conquanto a sociedade nacional assumisse o dever de ressocializá-los.

Essa ideia de que os indígenas deveriam ser cada vez mais “assimilados” pela civilização ocidental e o elogio das mestiçagens sob liderança dos portugueses e, agora, dos brasileiros nacionais também aparece nos relatos posteriores de Ignácio de Moura. Há um momento em que Moura defende que “no Brasil onde felizmente não dominou o egoísmo saxônico, mas sim o espírito conquistador e enamorado da raça latina, a democratização do sangue caracterizou a psicologia nacional” (MOURA, 1910, p. 61). Para Moura e seu elogio à colonização portuguesa, aqui não se encontram povos “caducos” e “cheios de preconceitos”.

Tratando das potencialidades da bacia hidrográfica do Tocantins, Penna asseverou: “não conheço uma região que reúna condições e elementos naturais tão vantajosos à sua

prosperidade e ao comércio, como a do Tocantins” (PENNA, 1864, p. 43), e passou a descrever os produtos mais comuns da região, como a borracha, a castanha, o azeite e os óleos vegetais, citados anteriormente. Mais à frente, o naturalista apontou o estado do comércio, as produções, o transporte, o hábito enraizado do escambo entre as comunidades locais e a importância do cacau e da borracha. Para ele, que viajou e escreveu em um período de alta da economia gomífera, a borracha era a moeda do estado. Porém, alertou que “a agricultura e indústria não têm feito progressos iguais aos que apresenta a Europa” (PENNA, 1864, p. 44), o que o deixava preocupado, especialmente quanto ao aproveitamento racional e economicamente sustentável da riqueza natural da região amazônica.

Aliás, essa oposição entre agricultura e comércio – vistas como bases seguras da prosperidade de uma nação – e os extrativismos, tecnicamente rudimentares e desleixados, como a mineração e, depois, a goma elástica, já era consolidada no pensamento político e científico brasileiros do século XIX, remontando ao final do século XVIII (CHAVES, 2019). Com efeito, embora se preocupasse com a excessiva atenção dada ao extrativismo, que impediu, dentre outros problemas, o progresso urbano do interior, esse naturalista fundador do Museu Paraense não deixou de reconhecer que “toda a riqueza da região do Tocantins está nos vegetais. Nenhuma parte da província oferece mais ricos castanhaes, além de abundarem outras muitas plantas frutíferas, lactíferas e oleosas mais ou menos úteis à alimentação, às artes, à indústria e ao comércio” (PENNA, 1864, p. 50).

O segundo cientista estudado por nós neste artigo foi o engenheiro Ignácio Baptista de Moura (1857-1929), que nasceu em 31 de julho de 1857, em Cametá, município localizado na margem esquerda do Rio Tocantins e que fora primitivamente habitado pelos índios Caamutás, um grupo étnico Tupi hoje extinto. Moura era filho do coronel João de Moura, veterano da Guerra do Paraguai, herói entronizado pelo próprio filho na galeria de paraenses ilustres, como nos apresenta Moraes (2009). Ao contrário de Penna, Moura escreveu em um momento de crise da produção de borracha no estado do Pará e no turbulento ambiente de início da Primeira República do Brasil, momento esse de muitas adaptações e mudanças nas culturas políticas do país.

Primeiramente, foi enviado pelo governo do Pará a fim de viabilizar a exploração econômica e realizar a fiscalização de acordos entre colonizadores e governo no médio Tocantins. Fazia parte das intenções políticas desses governantes, em especial Lauro Sodré, desenvolver a região a partir de prerrogativas positivistas com a ajuda dos engenheiros que procuravam identificar as melhores atividades econômicas a serem implementadas na região (GALVÃO JÚNIOR; SANTOS JÚNIOR, 2021, p. 179), especialmente devido ao declínio da

produção e comércio da borracha amazônica, o que incentivou a busca de alternativas ao desenvolvimento regional. Segundo Cormineiro,

Publicada pela primeira vez em 1910, a obra *De Belém a São João do Araguaia: Vale do Rio Tocantins*, do engenheiro paraense Ignácio Baptista de Moura, é a reconstituição da viagem realizada por ele em 1896, de Belém do Pará a São João do Araguaia, no Alto Tocantins. Realizada através do rio Tocantins, essa viagem tinha o objetivo de fiscalizar o Burgo de Itacaiúnas, atual cidade de Marabá-PA, território concedido pelo governo do Estado do Pará a Carlos Leitão, para formar uma vila e explorar a agricultura, a pecuária e o extrativismo da castanha do Pará. Por ter guardado um diário do itinerário da viagem e do contato com o universo das águas, com a natureza e com os ribeirinhos, 16 anos depois Moura publicou um livro no qual propôs, de um lado, mostrar as riquezas e o potencial do Pará tocantino e, de outro, chamar a atenção para a necessidade de se promover o crescimento econômico da região (CORMINEIRO, 2015, p. 8).

Com a leitura da sua obra, é possível perceber que Moura foi aos poucos transformando a sua visão e percepção sobre a natureza conforme navegava pelo rio Tocantins. Consequentemente, ele alterou a narrativa ao se deparar com comunidades ribeirinhas, com trabalhadores da região e com os animais. Por meio da imaginação, o autor instiga o leitor ao criar uma imagem das cachoeiras, dos rios e dos “monstros míticos”, como aponta Cormineiro (2015:18), “os monstros míticos exerciam a função de recriar o imaginário acerca do rio Tocantins como o domínio tenebroso da natureza”. É durante a viagem, portanto, que o autor amplifica os seus medos frente aos perigos e as dificuldades de viver naquela região.

O relato de Ignácio Moura é muito rico, principalmente por ele navegar por um rio tão grande e diverso do ponto de vista ecológico e sociocultural. Ele descreveu espécies de peixes, comunidades ribeirinhas, comunidades de extrativistas da castanha, muitas delas compostas por pessoas advindas de Goiás para trabalhar na época de colheita. Aborda a centralidade da cultura da mandioca na alimentação local, o papel da revolta da Cabanagem na vida política e social tocantina, as diferentes formas de pescaria ao longo do rio, a importância da dança para as comunidades ribeirinhas e suas crenças, como as virtudes sobrenaturais que dão a algumas plantas e passarinhos. Explicou, ainda, o histórico conflito entre os índios carajás e os índios gaviões e as características da população cametaense.

Quando esteve em Cametá, suas impressões das comunidades ribeirinhas foram de extremo interesse, especialmente por suas festas. Sobre as etnicidades afro-americanas da Amazônia Tocantina, observou que, nas festas de Cametá, era possível ver os vestígios da “barbaridade africana e indígena” e que “os grilhões de ouro que rodeavam o colo das antigas mulatas, e o samba na casa da festa têm o cunho da raça africana, que ninguém pode negar” (MOURA, 1910, p. 61). Dissertando de seu ponto de vista etnocêntrico, o autor via como positiva a superação desses “ritos bárbaros” por meio do ensino católico dos missionários: “hoje, porém, a nova educação católica vai cortando a barbaria dessas crenças populares”, porém, reconhecia que “[...] a segura do rito [católico] pode satisfazer à consciência, mas não alegra o coração do povo” (MOURA, 1910, p. 63).

Ignácio de Moura acreditava que o desprezo pelas regiões mais interioranas se dava pelo medo que as pessoas tinham dos índios e pelo abandono das políticas de imigração estrangeira. Assim, para ele, como ilustra a professora Fabíula Sevilha, “a ideia de “primitividade” e “marginalidade” atribuída aos povos que tinham na caça e na coleta sua fonte de subsistência estava diretamente ligada a um pretensível cálculo do nível de capacidade que esses povos tinham de transformar essa natureza em bem de capital” (SEVILHA, 2017, p. 73). Em relação aos produtos mais importantes para o estado, o autor identificou alguns como: mandioca, castanha, cacau, borracha e o tabaco. Além disso, ressaltou a extraordinária variedade de espécies e a soberba das árvores da região. Finalmente, Ignácio Moura concluiu que os colonos deveriam ter dado mais atenção aos conhecimentos dos índios e que a região do Tocantins era rica, porém mal explorada, já que, proporcionalmente, era um dos rios mais despovoados do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As duas fontes mostram como a relação do ser humano com o rio atravessa os tempos e ajuda a arquitetar modos de vida e pensamentos. O rio passa a ser incorporado como um elemento ativo, com sua própria materialidade. Dessa forma, a natureza e o ambiente passam a ter efeitos materiais concretos sobre a vida humana, ainda que sem recorrer a qualquer determinismo ambiental. É necessário, portanto, aprofundar as investigações sobre de que forma os processos históricos estão ligados à terra, a lugares e a vida material (GARNERO, 2018, p. 105). O rio, portanto, é um organismo complexo que possui dimensões únicas com vários sistemas, como asseverou Brito:

Ao unir num mesmo elemento a realidade natural e a humana, os rios são, em muitas culturas espalhadas pelo globo, considerados partes vivas e constituintes de um sistema único e integrado humano-natureza (BRITO, 2019, p. 166).

Com a ajuda da historiografia produzida no campo da História Ambiental, aspirei analisar as representações dessas “naturezas ribeirinhas” tocantinas, por meio dos relatos de engenheiros e naturalistas, e encontrar a relação entre os incentivos às viagens exploratórias na virada dos séculos XIX e XX e as concepções científicas a respeito do Tocantins-Araguaia e da Amazônia. Desenvolvi, finalmente, associações entre a busca da identidade nacional nos relatos científicos desses viajantes, as viagens incentivadas pelo Estado e o estímulo a um tipo específico de ciência positiva e utilitária no Brasil do período. A História Ambiental, dessa forma, me ajudou a fazer uma investigação aberta das interações entre política, sistemas sociais e sistemas naturais no recorte temporal utilizado. Enfim, os dois autores analisados, Domingos Penna e Ignácio Moura, são janelas oportunas para compreender as angústias e expectativas das modernidades brasileiras nesse período de transição entre o Império e a Primeira República, sobretudo no que diz respeito aos relacionamentos com a chamada “natureza”. Esse foi o período em que muitos intelectuais brasileiros estavam mobilizados ao redor de uma questão comum: “entender a brasilidade, sobretudo entendê-la em um contexto comum” (VELLOSO, 2018, p. 380). Assim, é possível compreender como o ambiente de defesa da modernidade e dos nacionalismos a partir de um “redescobrimento” da “natureza do Brasil” se associou ao contexto de crise do Império e de emergência da República.

FONTES

MOURA, Ignácio B. *De Belém a S. João do Araguaia. Valle do Rio Tocantins*. Rio de Janeiro: H. Garnier Editor, 1910.

PARÁ. Secretário da Província (Domingos Soares Ferreira Penna). *O Tocantins e o Anapú: relatório do secretário da província*. Pará: Typ. de Frederico Rhossard, 1864.

BIBLIOGRAFIA

- BRITO, Cristina. Pessoas, manatins e o ambiente aquático na América moderna: confluência e divergência nas interações históricas entre humanos e animais. *Revista Brasileira de História*, vol. 39, núm. 81, 2019, Maio-Agosto, pp. 163-184. Associação Nacional de História – ANPUH.
- CABRAL, Diogo de Carvalho. “O Brasil é Um Grande Formigueiro!: Território, Ecologia e a História Ambiental Da América Portuguesa – Parte 2.” *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) Revista De La Solcha*, 2014.
- CHAVES, José Inaldo. Prefácio. IN.: PANTOJA, Leticia Souto. *Belém: trilhos, veios e caminhos da cotidianidade (1918-1939)*. Curitiba: Editora CRV, 2020.
- _____, José Inaldo. As partes do Norte: império e identidades locais em relatos da natureza de Pernambuco e Paraíba (1790-1817). *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, vol. 26, p. 1-21, 2019.
- CORMINEIRO, Olivia. Dos abismos: imaginação e tradição na tessitura da narrativa sobre os rios Araguaia e Tocantins em Ignácio Baptista de Moura e J. A. Leite Moraes. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 12, p. 1-27, 2015.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- DUARTE, Regina Hora Duarte. *A biologia militante: o museu nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil-1926-1945*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, 219p.
- FRANCO, José Luis A. A primeira conferência brasileira de proteção à natureza e a questão da identidade nacional. *Revista Varia História*, nº 26, Dossiê História e Natureza, Belo Horizonte: Departamento de História UFMG, 2002, p. 77-96.
- _____, José Luiz de Andrade e José Augusto Drummond. Preocupações com a proteção à natureza e com o uso dos recursos naturais na Primeira República Brasileira. *T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB.*, v. 12, n. 1-2, 2004.
- GALVÃO JÚNIOR, H. M.; SANTOS JÚNIOR, J. C. DOS. VIAGEM A SERVIÇO DO ESTADO. *Revista Espacialidades*, v. 17, n. 1, p. 175-194, 29 mar. 2021.
- GARNERO, G. (2018). La Historia Ambiental y las Investigaciones Sobre el Ciclo Hidrosocial: Aportes para el Abordaje de la Historia de los Ríos. *Historia Ambiental*

- Latinoamericana Y Caribeña (HALAC) Revista De La Solcha*, 8(2), 91-120.
<https://doi.org/10.32991/2237-2717.2018v8i2.p91-120>.
- GONÇALVES, A. M. O processo de urbanização na cidade de Belém do Pará durante a Belle Époque e seus impactos. *Oficina do Historiador*, [S. l.], v. 15, n. 1, p. e37865, 2022. DOI: 10.15448/2178-3748.2022.1.37865. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/37865>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- KLEIN, Daniel da Silva. A crise da borracha: a cadeia de aviamento em questão entre o Pará e o Acre no início do século XX. *História, histórias: Revista do programa de Pós-graduação em História, Brasília*, v. 2, n. 4, p.187-199, 21 out. 2014.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contracapa/Ed. PUC-Rio, 2006.
- LIMA, Nísia Trindade. Uma brasileira médica: o Brasil Central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na viagem ao Tocantins de Julio Paternostro. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. 16, julho, 2009, pp. 229-248.
- MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de historia indigena e do indigenismo*. 2001. 233f. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=000343676>>. Acesso em: 22 jan. 2023.
- MORAES, Tarcisio Cardoso. *A engenharia da história: natureza, geografia e historiografia na Amazônia*. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2009. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.
- NEVES, M. de S. Os cenários da República O Brasil na virada do século XIX para o século XX. IN.: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: do tempo do liberalismo excludente – Da proclamação da República à Revolução de 1930*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 13-44.
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, 24 (68), p. 81-101, 2010.
- SANTOS, J. A. G.. Ciência e Modernidade no Ensino Agrícola no Pará no governo de Lauro Sodré (1892-1918). In: *15º SEMINÁRIO NACIONAL DA HISTÓRIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA*, 2016, Santa Catarina. Anais do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2016.

- SCHWEICKARDT, Júlio César; LIMA, Nísia Trindade. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910-1913). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.14, supl., p.15-50, dez. 2007.
- SEVILHA, F. Natureza e Civilização: a resistência indígena e as políticas de aldeamento nas margens dos rios Tocantins e Araguaia (1822-1850). *Diálogos*, v. 21, n. 3, p. 64-78, 1 set. 2017.
- TOLEDO, Marleine P. M. e F. de. *Cultura brasileira: o jeito de ser e de viver de um povo*. São Paulo: Nankin Editorial, 2004. P.202-251.
- VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. IN.: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: do tempo do liberalismo excludente – Da proclamação da República à Revolução de 1930*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 337-371.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Zahra Nathalia Lima Oliveira, matrícula 180110845, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “Domingos Soares Ferreira Penna e Ignácio Baptista de Moura: ciência, poder e natureza em dois relatos de viagem ao rio Tocantins (1864-1896)” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 20 de fevereiro de 2023.



Zahra Nathalia Lima Oliveira